

Os (des)caminhos do ensaio: a crítica literária de Otto Maria Carpeaux

Guilherme Mazzafera⁴⁵

Resumo: Esta comunicação procura discutir e qualificar o viés ensaístico da crítica literária de Otto Maria Carpeaux, alicerçada sobre um *locus* movente marcado por um pendor universalista que, se preza um sentido profundo de unidade cultural, não refuga o gesto historicizante, compreendendo-o como exame de consciência reencenado a cada passo diante de objetos reconhecidamente inacessíveis enquanto constructos históricos puros. Para precisar tais questões, comentaremos brevemente as leituras que Carpeaux empreende da obra de Machado de Assis que, a despeito de certa oscilação entre lugares-comuns já postulados pela crítica majoritária, traz como marca precípua um contínuo deslocar-se que, a cada novo texto, parece reconfigurar autor e obra em novos contextos e vieses interpretativos, levando a cabo uma ideia que nos parece central na reflexão de Max Bense (2014) sobre a forma do ensaio: “a razão de ser do ensaio consiste menos em encontrar uma definição reveladora do objeto e mais em adicionar contextos e configurações em que ele possa se inserir”.

Palavras-chave: Crítica literária. Otto Maria Carpeaux. Machado de Assis.

Os ensaios literários de Otto Maria Carpeaux promovem fértil diálogo entre a herança europeia e a absorção progressiva e interessada da matéria brasileira, vislumbrada pelo crítico por meio de vasto esteio comparativo que permite uma apreensão original de seus objetos a partir de deslocamentos, reposicionamentos e mesmo deliberados anacronismos. Tendo chegado ao Brasil em 1939 e se estabelecido no Rio de Janeiro como colunista do *Correio da Manhã* em 1941, a conjuminação de tais instâncias se faz presente já em seu segundo livro *Origens e fins* (1943). Em meio à pletora de referências e interesses europeus, ladeada pelos melhores comentadores contemporâneos, obras, questões e escritores nacionais começam a ganhar espaço enquanto assunto absorvente em textos imprescindíveis como “Fragmento sobre Carlos Drummond de Andrade” e “Visão de Graciliano Ramos”, além do belo e precioso retrato do amigo crítico em “Álvaro Lins e a literatura brasileira”.

45 (FFLCH-USP)

Há, neste mesmo livro, um ensaio bastante paradigmático do *modus operandi* do Carpeaux intérprete de literatura europeia, que escreve, em português, para um público exclusivamente brasileiro. Em “*Oblómov* – documento, romance, epopeia”, o crítico propõe como razão de sobrevivência dos grandes romances a incorporação de “elementos de epopeia”, explicando tal asserção a partir de diferentes modalidades de experiência, em que às “formas da atividade”, próprias do romance, opõem-se as formas estáticas, típicas da epopeia enquanto “pintura a fresco” (CARPEAUX, 1999, p. 324). A ideia de um mundo de “madureza estival”, chamado a desaparecer, marcado pela paralisia e pela decadência das quais o protagonista do romance de Ivan Gontcharóv emerge como símbolo – “um dos heróis típicos da epopeia da humanidade” (p. 321), ladeado por Faustos, Hamlets e Quixotes e cuja força épica residiria em sua recusa ao mundo da produtividade que se assentava na Rússia de então, na iminência da libertação dos servos – é parte de uma leitura mais ampla de Carpeaux sobre o romance de 30, como se percebe na aproximação de Gontcharóv com Graciliano em “Visão de Graciliano Ramos” e com José Lins do Rego (que também aparece neste ensaio) em “O brasileiríssimo José Lins do Rego”, textos efetivamente coetâneos.

Ao longo do percurso interpretativo, Carpeaux sugere uma paridade de experiência presente na leitura de *Oblómov* por um russo de 1859 e na de *Casa-grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, por “um brasileiro contemporâneo” (p. 322). Tal leitura instila sensações mistas de saudade de uma época patriarcal perdida com anseios de reforma radical contra a opressão do regime latifundiário, o que, em sua versão russa, corresponderia, brasileirissimamente, à passagem do “banguê” à “usina”, isto é, do mundo dos “bons velhos tempos” ao da “grande reforma” posta em prática pela abolição da servidão camponesa em 1861 (p. 323). A interpretação de Carpeaux aproveita ainda para discutir o estatuto das formas literárias e da técnica novelística para além de definições redutoras de manual, irmanando os três autores, Gontcharóv, Freyre e Lins do Rego, em sua capacidade de superação do substrato documental em obras de arte cuja realização as eleva à “dignidade da epopeia” (p. 326).

Esse modo de proceder, marcado por um pendor universalista que preza um sentido profundo de unidade cultural, não refuga o gesto historicizante; antes,

parece compreendê-lo como “exame de consciência” reencenado a cada passo, tendo em mente que os objetos sob análise são inacessíveis enquanto constructos históricos puros, mas perscrutáveis por uma atitude indagadora que congregue “a mais ampla informação, atitude desinteressada, método seguro, e uma certa dose de força criadora”, como nos diz em “O crítico Augusto Meyer” (1999, p. 849). Pela soma de tais instâncias, o grande crítico sempre (re)cria seu objeto, e a verdadeira prova de fogo, para Carpeaux, não é o debruçar-se sobre os contemporâneos, cujo juízo será sempre precário, mas o confronto contínuo com as obras de qualquer época, “inclusive e especialmente as publicadas no passado”. Mas seria esse passado efetivamente legível?

Livros na mesa (1960), último conjunto de ensaios inéditos em livro organizado por Carpeaux, tem como pórtico um breve e agudo ensaio sobre a relação entre obras e leitores ao longo do escopo cronológico. Advogando contra o mantra da especialização ultimada, que impede o vislumbre dos “grandes horizontes” – que teriam permitido a Max Weber, por exemplo, conectar economia e religião – e a produção das “grandes sínteses”, Carpeaux propõe, em “Perspectivas da interpretação”, um abrandamento da miopia investigativa pela expansão gradual de um problema particular, a ponto de “a existência espiritual inteira da humanidade estar em causa” (1999, p. 773). No caso, o crítico pensa no problema imanente à execução de música proveniente séculos XVII e XVIII com instrumentos atualizados, o que leva, por vezes, ao paradoxo do gosto: o *Cravo bem temperado* soa melhor ao piano. No entanto, estaria ele, o piano, previsto enquanto possibilidade na composição desta obra de Bach?

Percebendo tal questão como ainda mais grave na literatura, Carpeaux indaga: tendo amontoado vários séculos de exegese dantesca – o que, a rigor, nos torna mais sabedores da *Commedia* do que seus primeiros leitores – podemos ler o poema tal como se lia no século XIV? Se o acesso ao passado é sempre dificultoso, “país estrangeiro” que recusa qualquer atlas, o discurso histórico permite, como propõe David Lowenthal, “expandir e elaborar a memória” (1998, p. 104), ampliando o conhecimento e a compreensão de eventos já transcorridos, mas jamais se elevando a qualquer dimensão totalizante. Carpeaux não parece ter dúvidas que se trata de uma distinção qualitativa: sabemos mais, mas tal excesso é, também, figura

de elisão. O acúmulo, ainda que bem delineado em sua sucessão interpretativa, nos torna “insensíveis ao que foi novo naquela época e já não é novo hoje” (CARPEAUX, 1999, p. 775). Na sequência do texto, Carpeaux localiza o problema como vinculado ao nascimento da hermenêutica, cujo estabelecimento, ao fim e ao cabo e a despeito de muita teorização, arvora-se em uma espécie de ciência do arbítrio, que nos legou a categoria do gosto na crítica literária (que o próprio Carpeaux reconhece como fundamental), mas também a ideia de que “a interpretação depende da nossa compreensão (no sentido de Dilthey) do passado” (p. 775).

À questão “Será que somos capazes de ‘compreender’ o passado?” Carpeaux já enunciara uma resposta possível um pouco mais cedo no ensaio: “A distância falsifica inteiramente a perspectiva.”. Porém, logo na linha seguinte, Carpeaux alarga o sentido de “distância”, que passa a abranger qualquer impasse compreensivo entre raças, credos, sexos e indivíduos – e mesmo em chave individual: “Será que somos capazes de compreender o presente?” (p. 775). Se essa capacidade se atrela intimamente ao contexto experimentado pelo intérprete, ela configura, em certo sentido, uma interpretação sempre posicionada no futuro e uma espécie de mudança conservadora, em que o acesso às obras do passado é rigorosamente anacrônico, “uma justaposição de tempos densamente entrelaçados, que faz a mente mortal parecer imperecível” (LOWENTHAL, 1998, p. 104).

Talvez se possa acrescentar a tal dimensão positiva do futuro, sob a ambiência de Dilthey, influência decisiva na formação do crítico, que cada nova interpretação é, a rigor, verdadeira, uma vez que “partirá da historicidade do próprio intérprete que se utiliza do *seu* momento histórico para a compreensão” (WAIZBORT, 1992, p. 37). No caso de Carpeaux, a complexa construção de sua própria historicidade como intérprete – um europeu recém-imigrado que se depara com uma nova língua, sua tradição literária e seu autor principal – parece ter por cerne um movente *locus* crítico que passa a ocupar e cuja melhor definição tenha sido dada por ele mesmo no título de sua primeira coletânea de escritos políticos após o golpe de 1964: *O Brasil no espelho do mundo*. Como vimos no ensaio sobre *Oblomóv*, a mirada de Carpeaux para a literatura (e política) brasileira parece alicerçar-se naquela “fecundação recíproca de elementos diversos”, em que o viés

interpretativo direcionado a uma literatura jamais se esgota em sua especificidade, pois para esta crítica, para quem a “standardização da cultura” é fato inevitável mas reativo, uma nova tradição literária não se sobrepõe às demais, pois constitui “pano de fundo variado para um destino comum” (AUERBACH, 2007, p. 357).

Nesta movência dúplice, a dimensão ensaística dos textos vem ao primeiro plano, sobretudo a partir de certa afinidade com a conceituação (também ela ensaística) de Max Bense (2014), em que a delimitação dos contornos de um objeto não implica seu exaurimento, posto se tratar de objeto efetivamente criado pela escrita. Se ao ensaísta compete o gesto compósito que produz “incansavelmente novas combinações ao redor do objeto” (BENSE, 2014), o Carpeaux leitor de literatura brasileira, sem abrir mão do “método seguro”, desabona o rigorismo de uma aparentemente inexorável filiação texto-contexto, promovida tanto por uma leitura exclusivamente nacional, que enlaça autor, obra e realidade histórico-social, como por outra, pretensamente internacionalizante, refém da localização e comprovação angustiada de influências.

Como propõe Dominick LaCapra (1983, p. 55-56), pensando no processo de carnavalização conceituado por Bakhtin, a obra de um escritor pode ser *desmembrada criativamente*, permitindo a recorrência de processos de renovação e impedindo que os textos se fechem hermeticamente sobre si mesmos. A leitura que Carpeaux empreende da obra de Machado de Assis, a nosso ver – e a despeito de certa oscilação entre lugares-comuns já postulados pela crítica majoritária –, traz como marca precípua um contínuo deslocar-se que, a cada novo texto, parece reconfigurar autor e obra em novos contextos e vieses interpretativos, levando a cabo uma ideia que nos parece central na reflexão de Bense (2014) sobre a forma do ensaio: “a razão de ser do ensaio consiste menos em encontrar uma definição reveladora do objeto e mais em adicionar contextos e configurações em que ele possa se inserir”. Vejamos agora os contextos criados pelo crítico para pensar a obra de Machado em dois de seus ensaios, entremeados por uma breve passagem de sua história literária, textos de composição bastante próxima (1943-48).

Em “Aspectos sociais da história literária brasileira” (1943), Carpeaux propõe de pronto a eficácia da “aplicação dos métodos modernos de historiografia literária à literatura brasileira”, desde que, naturalmente, suas origens sejam conhecidas,

evitando generalizações impróprias, de modo que a singularidade das obras acaba por exigir “uma aplicação individualista” de qualquer processo interpretativo. Se em outro ensaio contemporâneo deste (“Visão de Graciliano Ramos”) Carpeaux pensa a noção de estilo como escolha do que deve perecer, aqui ele delinea certa imanência entre a “atitude social” de um autor e sua manifestação estilística, imprescindível para compreender aquela. O passo mais curioso é o deslocamento de uma tipologia emprestada de Max Weber e seus “tipos ideais” para pensar os lugares ocupados por determinados escritores brasileiros que, como literatos, “chegam sempre um pouco tarde” em relação à pureza dos tipos, dos quais são progênie: latifundiário pastoril (José de Alencar e seu “indianismo artificial”); latifundiário sedentário (Joaquim Nabuco e seu “liberalismo conservador”); burguesia rural (Euclides da Cunha e suas “visões de dimensão cosmológica”); pequeno-burguês (Lima Barreto e seu “ceticismo voltairiano”). Em seu conjunto, são escritores cuja expressão literária é condizente com a “situação social do seu país”, mas que se mostra anacrônica em relação ao século: “são filhos. Chegam tarde demais”. Resta a figura do proletário, que ainda não existe na consciência brasileira e cuja origem social faz-se notar apenas “quando venceu na vida, elevando-se até pertencer à elite”. Eis Machado, que emerge antes de sua classe e, por isso, traz consigo literariamente “uma realidade individual”. Se pensarmos naquilo que Carpeaux formulará anos depois, a disjuntiva entre elementos propriamente brasileiros e possíveis contribuições à literatura universal, Machado aparece neste texto dentro do paradigma do “escritor de exceção”, não tanto porque não se pode filiá-lo imediatamente às expectativas do presente nacional – que, para Carpeaux, é marcado por sucessivos anacronismos –, mas como aquele que vem antes, que anuncia e antecipa, e que deixa, pela sua literatura, ao invés de documentos de seu tempo, um efetivo “valor literário”: “um estilo”.

A segunda aparição mais ostensiva de Machado dá-se em um único e longo parágrafo da *História da literatura ocidental*. (1944-5, publicada entre 1959-1966 com atualizações bibliográficas). A literatura brasileira nela comparece não como ramo isolado, mas galho menor de uma mesma árvore inquebrantável, da qual se extraem, no dizer de Antonio Candido, “os grandes conjuntos orgânicos que exprimem o ritmo criador das épocas” (CANDIDO, 2004, p. 104). Assim, não é de

estranhar que o parágrafo machadiano esteja alocado entre Thackeray, Edward Fitzgerald (e sua tradução dos *Rubaiyat*) e Anthony Trollope. Na análise do primeiro, observa Carpeaux uma espécie de nota prolongada de “espírito cáustico” e “tristeza dissimulada” que remete a outros contemporâneos, no caso, Flaubert, Turguêniev e Machado. Alocado na “Parte VIII – A época da classe média” e sob o capítulo “Literatura burguesa”, no qual Balzac é um dos nomes centrais, Machado comparece como uma espécie de vitoriano deslocado, em que se casam “ceticismo e malícia muito intensa”, características de um “poeta exótico” que se anglicizou. Tal exotismo é sentido, no entanto, mais no Brasil do que na Inglaterra, cujo conjunto de influências literárias é o que o distingue em seu país natal. Autor de romances satíricos “à maneira de Thackeray” e com algum parentesco não explícito com Jane Austen, Machado se revela *pout-pourri* de influências que “não explicam o gênio”: há o eco dos *moralistes* franceses, sobretudo La Rochefoucauld; uma intuição sobre Leopardi, desenvolvida por Carpeaux em outros ensaios; e não poucas leituras de Schopenhauer. Ao caráter incrível dessa mistura complexa manipulada por um “mulato autodidata do Rio de Janeiro semicolonial da época”, soma-se o recorte histórico preciso, em que “um grande escritor vitoriano” emerge em um Império que “em 1880 era semicolônia da Inglaterra Vitoriana”. Se os romances podem evidenciar possíveis defeitos de composição que uma crítica severa apontaria, é nos contos que se manifesta o “sentido de forma latino do mulato latinizado”, cuja poesia fúnebre e irônica, atravessada por uma consciência *rigorosa da morte* que o faz superar qualquer imitação servil de vitorianismo, faz-se sentir na atmosfera “que envolve os berços e os leitos de morte de seus personagens” (CARPEAUX, 2011, pp. 1735-1737).

Por fim, chegamos ao estudo mais famoso de Carpeaux sobre Machado, “Uma fonte da filosofia de Machado de Assis” (1948, posteriormente escolhido como abertura de *Respostas e perguntas*, de 1953; 1999, p. 477-480) é texto paradigmático para pensar o modo como o crítico se relaciona com a literatura nacional. Nele, Carpeaux parece buscar uma filiação, uma *afinidade de espírito* em torno da noção de materialismo em um amplo recorte que vai de Epicuro a uma célere referência ao Manuel Bandeira de “Momento num café”, para dar conta de uma semelhança íntima entre o delírio de Brás Cubas e o “Dialogo della Natura e di

un islandese”, que integra a prosa das *Pequenas Obras Morais (Operette morali)* do poeta italiano Giacomo Leopardi, textos que se enlaçam pelo encontro de seus protagonistas com um vulto grandioso e desmesurado em figura de mulher, representando a Natureza como mãe “inimiga de todas as criaturas”.

Além de sugerir um possível diálogo entre as obras, mesmo que de forma indireta via Schopenhauer, Carpeaux procura também refutar uma imagem acomodatória do poeta italiano entre nós, a de “romântico melancólico”. Caso o tenha conhecido, sugere o crítico, Machado teria percebido algo diverso, “um pensador poético ao qual o ligavam profundas afinidades”, em especial o aspecto de “lucidez” que curiosamente caracterizaria o delírio de Brás Cubas. Enumerando os autores em distinções fundamentais – Epicuro não epicureu, Leopardi triste, mas não elegíaco –, Carpeaux chega a uma percepção crucial sobre Machado: (diz ele) “embora espirituoso, não foi um cético; ele também – ‘a vida é boa’ – foi materialista.” Por fim, indica uma possível fonte comum desse materialismo partilhado pelo italiano e o brasileiro: Pascal, em cujo ceticismo haveria uma importante fagulha de inquietação espiritual (“não podem existir pagãos depois do advento do cristianismo”). Nota-se, portanto, um refinamento de termos em relação à visada da *História da Literatura Ocidental*, em que Machado se irmanava a autores europeus por certo ceticismo de base não muito diferenciado.

A este estudo, Carpeaux acrescenta uma espécie de apêndice, “Um poeta materialista” (1955), em que aprofunda sua percepção do materialismo leopardiano, o que nos permite, por conseguinte, entender melhor o que pensa sobre Machado. O “pessimismo inconsolado” de Leopardi não seria presa do derramamento byroniano ou mussetiano, mas expressão de um “classicismo mediterraneamente lúcido” atravessado, em sua prosa, por um veio humorístico essencial. Carpeaux, no entanto, contesta o pessimismo do autor italiano ao entendê-lo não como filosofia, mas, sim, estado de alma. Retomando o “Dialogo della Natura e di un islandese”, o crítico desloca a cisão inicial entre poesia e verdade para o dissídio entre natureza humana e Natureza, pois esta – ou a matéria –, que prescinde do homem, é eterna. Por fim, Carpeaux ensaia que há algo além desse materialismo – mas não uma elegia – pois “um livro de poesia intensa nunca nos despede sem consolo”, mesmo em prosa. O que parece essencial nesse díptico leopardiano é a caracterização do

materialismo de Machado de Assis não em chave meramente filosófica, mas como atitude em face das coisas do mundo e que, por isso mesmo, não tem a pretensão das teorias de que Machado tanto aproveitou ironicamente.

Dos três encontros descritos acima, é possível evidenciar algumas constantes: a busca por um *locus* machadiano nas literaturas nacional e internacional, a procura por filiações e afinidades transnacionais e o traslado de opções metodológicas estrangeiras para repensar a inserção de Machado entre nós. Retomando as “figuras machadianas” propostas por Hélio Guimarães (2017), pode-se dizer que as intervenções de Carpeaux parecem se localizar na tensão dialética, tão cara a seu pensamento, entre “o escritor de exceção”, sem lugar no corpo literário nacional de sua época, e o “homem representativo”, cuja obra não se pode dissociar do chão histórico e da própria cidade que a anima. O esforço por deslocar, reconfigurar e repensar a obra machadiana pela criação de novos contextos críticos, fruto de um *locus* movente, parece indiciar certo sentido de insuficiência percebido nas interpretações disponíveis à época em dar conta das especificidades da forma machadiana, em *compreendê-la* criticamente, algo que começa a tomar corpo em período próximo ao abandono da literatura por Carpeaux em prol da luta política e que ainda continua se fazendo “em torno do autor realista”, construção tensionada pela internacionalização da obra de Machado. Se os tivesse escrutinado, Carpeaux não deixaria de escrever algumas palavras sobre o inalienável alcance formal de estudos como os de Roberto Schwarz, Alfredo Bosi, Silviano Santiago e John Gledson. Mas, suspeitamos, ainda ressoaria nelas uma leve dissonância, uma sutil advertência em *staccato*: “É preciso ler Machado, primeiro, para saber como são os brasileiros; depois, para saber que são assim mesmo os homens.” (CARPEAUX, 1958)

Referências

AUERBACH, Erich. Filologia da literatura mundial. In: Ensaio de literatura ocidental. Organização de Davi Arrigucci Jr. e Samuel Titan Jr. Tradução de Samuel Titan Jr. e José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Editora 34, 2007.

BENSE, Max. O ensaio e sua prosa. Tradução de Samuel Titan Jr. Serrote, n.16, 2014.

CANDIDO, Antonio. Dialética apaixonada. In: Recortes. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, pp. 98-106.

CARPEAUX, Otto Maria. "Aspectos sociais da história da literatura brasileira". Rumo, Rio de Janeiro, 3ª fase, ano /i, 3º trimestre 1943, n. 2, vol. I, pp. 17-21.

_____. Uma fonte da filosofia de Machado de Assis. A Manhã, "Letras e Artes", Rio de Janeiro, 4 abr. 1948, n. 80.

_____. Um poeta materialista. A Tribuna, Santos, 21 ago. 1955; O Jornal, Rio de Janeiro, 21 ago. 1955.

_____. Depoimento machadiano. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 27 set. 1958, p. 2.

_____. Ensaios reunidos – Vol.I (1942-1978). Organização, introdução e notas de Olavo de Carvalho. Rio de Janeiro: Topbooks; UniverCidade, 1999.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Machado de Assis, o escritor que nos lê. São Paulo: Unesp, 2017.

LACAPRA, Dominick. Rethinking Intellectual History and Reading Texts. In: Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language. Ithaca: Cornell University Press, 1983, pp. 23-71.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto História nº 17. Trabalhos da memória. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, nov/1998, pp. 63-201. [Versão eletrônica em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/779/showToc>]

WAIZBORT, Maria do Carmo Malheiros. Um diálogo crítico: Otto Maria Carpeaux e as “ciências do espírito”. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 1992.